



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Quem ama, não destrói

O ataque bárbaro aos prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF impõe a urgência de um debate sobre o patrimônio cultural. Mesmo antes do ato insano, bastava olhar para os lados para constatar o descaso com a questão na cidade. Não é preciso ir longe, próximo ao Palácio do Buriti, sede do governo do DF, instalaram um parque e um conjunto de quadras de tênis, privatizados, fora de lugar, sem o menor cuidado. Pelo que me consta, aquela não é uma área do Setor de Clubes. Naquele

território, funcionava o antigo Defer, que promovia atividades esportivas com amplo, democrático e gratuito acesso da população. Na década de 1990, meu filho fez escolinha de futebol, promovida pelo Defer, sob a coordenação do craque Nilton Santos. Toda aquela área virou um mercadinho.

E, ao redor, desde as imediações do Estádio Mané Garrincha, o espaço é circundado por bolas de cimento que vedam o olhar, numa cidade de horizontes desimpedidos. É talvez um detalhe sutil, mas revelador do desconhecimento e da falta de compromisso com o projeto urbanístico de Brasília. Parece ovo de dinossauro transplantado de outra era.

Mas existem exemplos menos preciosistas. É o caso dos prédios do Banco do Brasil próximo à 402 Norte. Eles

apagaram o céu de Brasília. Os vazios e os vazados da cidade têm função. Não tem volta, no entanto, funciona como alerta para as ameaças que pairam. E existem obras que agridem ainda mais a qualidade de vida na cidade. Vejam o Viaduto da EPTG, encravado no Sudoeste, na verdade, um rodoanel. É como se uma via expressa, com fluxo selvagem semelhante ao do Eixão, de repente, atravessasse um bairro pacato.

Os moradores não foram ouvidos e, quando ouvidos, ignorados. Era uma oportunidade rara de estimular a participação dos cidadãos e promover a educação sobre a cidade. O movimento dos moradores era razoável, só queria que as coisas fossem feitas dentro da lei.

Se viadutos resolvessem problemas de mobilidade urbana, São Paulo e Rio

de Janeiro não teriam os congestionamentos infernais que fazem o deslocamento cotidiano para o trabalho uma travessia épica. Evidentemente, a solução passa pela oferta de transporte público de qualidade. Se juntarmos essas ações, teremos um quebra-cabeça inquietante do caos.

A facilidade com que as normas foram burladas passa a impressão de viver em uma cidade sem lei, sem normas e sem instituições para barrar as propostas insensatas, que prejudicam claramente os brasilienses. É como se a cidade tivesse donos, que não precisam prestar contas de nada. As pessoas perguntam: onde estão o Ibram, o Iphan e o Ministério Público, que não cumprem as funções para as quais foram criados.

A inação do Iphan, nos últimos

tempos, é estarecedora. Fechou os olhos para situações absurdas. Espero que a nomeação de Leandro Grass mude o perfil da instituição e represente menos interferências políticas indevidas e mais respeito ao trabalho dos técnicos. A esquerda também cometeu erros, como o da construção do Estádio Mané Garrincha, elefante branco na paisagem, a vedar o céu de Brasília.

É preciso que as instituições que tenham algum compromisso com a cidade acordem. Está em curso uma ofensiva para destruir o que restou do delicado equilíbrio urbanístico e ecológico de Brasília. Existem vários projetos de cidades a toque de caixa, sem estudos sobre os impactos que provocarão. Quem ama, não destrói, não desequilibra. Quem ama, cuida.



Será hoje a sessão extraordinária para leitura do requerimento de instalação da comissão de inquérito que investigará responsabilidades sobre os atos terroristas. O **Correio** conversou com lideranças da Casa sobre a expectativa de cada um

CPI avança na Câmara Legislativa

» ARTHUR DE SOUZA

A cada dia que passa, cresce a expectativa para a abertura dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara Legislativa (CLDF) que vai investigar os atos terroristas ocorridos na cidade no último dia 8. O presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB), convocou para hoje, às 15h, nova sessão extraordinária para leitura do requerimento. Ao **Correio**, o emedebista afirma esperar que, após a sessão, o documento seja aprovado sem maiores ressalvas. “Depois disso, teremos o prazo de cinco dias úteis para que os membros sejam indicados pelos blocos”, explica. “Com a composição completa, uma nova reunião será convocada para dar início aos trabalhos. A partir daí, a CPI fará seu próprio cronograma”, complementa Wellington Luiz.

Depois de composta, o próximo passo da CPI é a distribuição dos cargos entre os integrantes — que deve ocorrer na semana que vem. A reportagem apurou possíveis nomes da comissão: Robério Negreiros (presidente); Chico Vigilante (vice-presidente); e Hermeto (relator).

Dois caminhos

Cientista político e professor de direito constitucional do Ceub, Alessandro Costa destaca que os avanços podem levar para dois lados: a cassação da determinação que afastou Ibaneis Rocha (MDB) ou pode amparar a possibilidade de que isso se torne definitivo (impeachment). “Isso porque os trabalhos da comissão podem resultar em eventuais provas de que ele (o governador) realmente possa ter sido vítima de informações falsas, assim como podem ratificar a convicção de alguns especialistas em segurança pública de que seria impossível que os vândalos chegassem até os prédios, sem a conivência da cadeia de comando responsável pelo planejamento de contenção de manifestações, entre eles, Ibaneis”, explicou. “Essa segunda hipótese pode, inclusive, enaltecer o coro favorável a um eventual impeachment do governador”, alertou Alessandro Costa.

Segundo o especialista, espera-se que os deputados distritais façam uso de suas prerrogativas de poder de investigação para promover diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, tomar depoimentos de autoridades, entre outros. “Isso para esclarecer a motivação, os envolvidos, os financiadores e, principalmente, se as condutas do então governador e de seu então secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, colaboraram para a magnitude dos danos causados”, afirmou.

Carlos Gandra/CLDF



Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF): CPI poderá decidir futuro do governador Ibaneis Rocha

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Teremos o prazo de cinco dias úteis para que os membros sejam indicados pelos blocos”

Wellington Luiz,
presidente da
Câmara Legislativa

Expectativa das lideranças

O **Correio** entrevistou os líderes dos blocos e bancadas que compõem a CLDF, para saber o que eles esperam dos trabalhos da CPI.

Chico Vigilante (PT)

Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), Chico Vigilante comenta que a comissão tem que ir a fundo nas investigações dos atos antidemocráticos. “Ela precisa apontar os responsáveis, para que sejam punidos pela Justiça”, destaca. “Faz parte da nossa responsabilidade, enquanto parlamentares, apurar tudo o que aconteceu e está acontecendo em relação a estes fatos. Espero que seja um trabalho com bastante isonomia”, afirma. O petista ressalta também que o ministro Flávio Dino (da Justiça), tem que investigar os financiadores desses movimentos. “Eles são os grandes capitalistas exploradores que mandaram esse pessoal vir para o Distrito Federal aprontar toda a baderna”, destaca Vigilante.



Minervino Júnior/CB/D.A. Press

Daniel Donizet (PL)

O deputado, líder do Partido Liberal (PL) na Câmara Legislativa, voltou para a Casa um dia após os ataques na Praça dos Três Poderes, depois de uma breve passagem como secretário do Meio Ambiente e Proteção Animal. Assim que retornou, ele afirmou ao **Correio** que diante dos atos golpistas ocorridos, além da decisão que afastou o governador Ibaneis Rocha, era necessário que ele estivesse presente na Casa para discutir matérias pertinentes aos assuntos. Sobre a CPI, Daniel Donizet diz que a bancada do PL espera que a comissão apure tudo “com a maior isenção possível”. “Não pretendo ser um dos membros, mas o partido irá indicar um deputado”, ressalta. O **Correio** apurou que o nome escolhido será o de Joaquim Roriz Neto (PL).



Minervino Júnior/CB/D.A. Press

Fábio Félix (PSol)

Nome certo para compor a CPI, Fábio Félix afirma que a CPI é fundamental para apurar se houve omissão criminosa de agentes do Estado, no DF, tanto em 12 de dezembro, quanto em 8 de janeiro. “São duas datas que mostram uma falha no planejamento da segurança pública da cidade, por parte das lideranças civis e militares das forças de segurança”, destaca. “Obviamente, os desdobramentos podem ter consequências para todas as autoridades do DF, inclusive o governador Ibaneis Rocha. Mesmo assim, essa apuração precisa ser feita da forma mais célere e correta pela Casa”, aponta.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Iolando (MDB)

No comando da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — partido do governador afastado Ibaneis Rocha — Iolando afirma ter boas expectativas quanto à apuração da CPI. “Sei que iremos esclarecer todos os pontos que geraram dúvida na população, no Judiciário e na própria Câmara Legislativa”, comenta. “Todos os deputados foram signatários da CPI e querem, além de transparência, contribuir para que todos atores envolvidos sejam ouvidos, tanto no âmbito do GDF quanto do governo federal”, esclarece. “O que se espera da comissão, e vamos buscar isso, é transparência e apuração precisa dos fatos ocorridos”, pontua.



Minervino Júnior/CB/D.A. Press

Jorge Vianna (PSD)

Líder do bloco União Democrática, Jorge Vianna destaca que é importante, para a Câmara Legislativa, ter a sua própria investigação dos atos. “Não podemos ficar sabendo das coisas pela mídia ou pelo que for apresentado por meio das forças policiais”, pontua. “A responsabilidade da cidade é nossa, por isso, devemos atuar nessa fiscalização. Espero que a CLDF faça uma CPI séria e apartidária, achando os culpados e pedindo as punições”, afirma. Sobre a escolha do nome que deve compor a comissão, Jorge Vianna comenta que o bloco ainda não se reuniu para indicar um integrante. “No entanto, o deputado Robério Negreiros (PSD) se manifestou. Não havendo disputa, poderá ser ele”, ressalta o distrital.



Ed Amorim/D.A. Press

João Cardoso (Avante)

Líder do maior bloco da CLDF, denominado A Força da Família, o deputado João Cardoso, diz esperar que o trabalho da comissão parlamentar de inquérito possa colaborar com os esclarecimentos que a população do DF precisa sobre os últimos acontecimentos. “É dever dos parlamentares fiscalizar e a CPI é um dos instrumentos dentro das nossas atribuições”, ressalta. “Se há entendimento da maioria de que ela seja instaurada, estaremos prontos para exercer nossa função”, diz o distrital. “A comissão precisa ser rigorosamente técnica, longe das paixões e interesses pessoais ou de grupos”, alerta João Cardoso. O bloco deve ter dois nomes indicados para a CPI. Um deles deve ser o de Jaqueline Silva (Agir), enquanto o outro ficará com o Partido Progressista: Pepa ou Pastor Daniel de Castro.



Minervino Júnior/CB/D.A. Press